



## **DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO: 010/2023**

**CONCORRÊNCIA: 004/2023**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução das obras de requalificação da 4ª Etapa da Orla do Recife, compreendendo: os trechos 2 e 3 do calçadão, centralidades esportes e praia sem barreiras, localizado na Cidade do Recife, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos ao Edital.

A Chefe de Gabinete de Projetos Especiais, no uso das suas atribuições, determina a revogação da Concorrência nº 004/2023, com fundamento na CI nº 019/2024, da Gerência Geral de Engenharia, bem como sob o amparo no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 473/STF.

Fundamenta-se que, de acordo com a CI antedita, foi verificada a necessidade de substituir a “metodologia aderida” por “metodologia de intertravado” com assentamento em areia. Essa solução técnica busca garantir: 1. Melhor agilidade na execução; 2. Facilidade e rapidez na manutenção preventiva e corretiva, evitando interdição de trecho do calçadão por longo tempo; 3. Possibilidade de reutilização parcial ou total do piso em placa, similar ao que está previsto, para o intertravado existente; 4. Atendimento às características das peças para intertravamentos, conforme ABNT NBR 9781:2013, inclusive, quanto a sua metodologia de assentamento e a espessura do piso. Por essas razões seria necessário ajustar o projeto e consequentemente o orçamento estimado, o que viria a comprometer o processo licitatório em curso.

Diante da ocorrência de fatos supervenientes, a Administração perdeu o interesse no prosseguimento deste processo licitatório. Nesse caso, a revogação, prevista no art. 49 da Lei de Licitações, constitui a forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a superveniência de razões de interesse público que fazem com que o procedimento licitatório, inicialmente pretendido, não seja mais conveniente e oportuno para a Administração Pública.

Assim, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da lei 8.666/93.

A aplicação da revogação fica reservada, portanto, para os casos em que a Administração, pela razão que for perder o interesse no prosseguimento da licitação ou na celebração do contrato. Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento da licitação e a suspensão da celebração de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade.

Acerca do assunto, o art. 49, da Lei 8.666/93, in verbis, preceitua que:

*Art. 49. "A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".*

Verifica-se pela leitura do dispositivo anterior que, não sendo conveniente e oportuna para a Administração, esta tem a possibilidade de revogar o procedimento licitatório, acarretando inclusive, o desfazimento dos efeitos da licitação.

Corroborando ainda com o exposto, o Supremo Tribunal Federal, sumulou o entendimento a respeito, senão vejamos o enunciado da súmula nº 473/STF:

*"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."*

Esse também é o posicionamento do TCU:

*"Em qualquer dos casos de revogação ou anulação deve constar do processo a devida motivação, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos da decisão. Nas hipóteses de desfazimento do processo licitatório, por revogação ou anulação, assegura-se ao licitante vistas dos autos, direito ao contraditório e à ampla defesa. **Ato de revogar a licitação pode ser praticado a qualquer momento. É privativo da Administração.** Sem prejuízo das determinações cabíveis, considera-se prejudicada a representação que versa sobre falhas apontadas em concorrência ante a perda de seu objeto, devido à declaração de sua revogação pela Administração licitante." (TCU, Acórdão nº 889/2007, Plenário). (grifo nosso)*

**PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE**  
Gabinete de Projetos Especiais



Desse modo, constatada a inconveniência e inoportunidade, respeitando-se os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa, **REVOGO** a CONCORRÊNCIA Nº 004/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2023, com fundamento no art. 49, da Lei nº 8.666/93 c/c Súmula nº 473/STF.

Recife, 16 de fevereiro de 2024.

**CÍNTIA MELLO**  
Chefe do Gabinete de Projetos Especiais